

A ATUALIDADE DO PASSADO: NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO COMANDADO EM ADAM SMITH

*Rubens Soares de Lima**

Os últimos anos têm sido palco de uma saudável recuperação do debate sobre questões que a chamada “economia moderna” insistia em ignorar. A profunda crise que envolve o mundo capitalista provocou, como não poderia deixar de ser, fissuras consideráveis no paradigma neoclássico que até então imperava absoluto no meio acadêmico, permitindo abrir-se um espaço entre as preocupações de cunho meramente pragmático para o retorno dos temas nucleares de que se ocupava a economia política. Parece claro, assim, que a emergência desse debate não pode ser creditada meramente aos ventos liberalizantes que sopram em nossas universidades. A explicação para esse fato deve ser buscada muito mais no reconhecimento tardio de que é impossível construir-se um discurso consistente sobre questões como as leis da produção e da distribuição que teimam em persistir no complexo mundo moderno, varrendo para baixo do tapete do passado discussões como as que envolvem a teoria do valor.¹ Ao mesmo tempo, a crise econômica teve também o efeito de evidenciar que a teoria oficial não era assim tão neutra e que também ela pressupunha princípios e concepções que seus manuais de divulgação condenavam como ideológicos e metafísicos.

* Técnico da FEE, professor da UNISINOS.

Agradeço a Maria Aparecida G. de Souza, Claudio Einloft e Pedro F. Cunha de Almeida pela leitura e comentários dessas notas.

¹ Dobb (1978, p. 10) apresenta uma série de depoimentos ilustrativos a esse respeito como, por exemplo, o do Prêmio Nobel de Economia, G. Myrdal, para quem “(...) a busca de uma teoria do valor por parte dos antigos economistas, baseada nos conceitos de custo real ou de utilidade, representou uma obsessão em relação a questões éticas e políticas, e que somente o abandono desta busca ilusória permitiu estabelecer a economia sobre uma base científica”.

Nesse cenário, está sendo possível à História do Pensamento Econômico deixar de ser uma disciplina que tenha como objetivo a simples erudição acadêmica, divulgando as “idéias mortas” de que se ocuparam nossos antepassados, para se colocar como um campo fértil do debate sobre questões que dialeticamente se renovam na ordenação do sistema capitalista.

Dentre o elenco dessas preocupações, encontram-se, sem dúvida, o problema do valor e o da origem do lucro que têm a sua mais elevada expressão na obra dos autores que formaram a escola clássica e na crítica a eles feita por Marx. A importância e o brilho de Ricardo, bem como a ampla repercussão da obra de Sraffa, fizeram, todavia, com que a recuperação dessa temática tenha sido estabelecida, basicamente, pelo confronto do pensamento ricardiano com as idéias de Marx. É claro que não se pode desconsiderar que a teoria do valor trabalho da escola clássica tem em Ricardo a sua forma mais acabada. Entretanto, e é o próprio Marx que o registra, não é menos verdade que em Adam Smith já se encontravam o caminho que Marx teria de percorrer e os obstáculos que teria de superar para encaminhar a solução da mais-valia como resultante da troca particular que realizam capitalistas e trabalhadores.

A pretensão destas notas é sumariar o pensamento smithiano no que se refere à construção de uma teoria do valor, assinalando os seus produtos férteis e restritivos para o encaminhamento de uma teoria que dê conta não só da determinação do lucro, mas também de sua origem. A par de uma preocupação didática, penso que esse retorno a Smith serve mais uma vez como forma de demonstrar que, contrariamente ao que está bastante em voga, é um erro considerar Marx como um mero seguidor da escola clássica.² Como será visto, é necessário romper com a estrutura teórica na qual se encontram inseridas as categorias desses autores, para, através sua superação, elucidar aquilo que suas aparências encobrem.



Embora percorrendo uma trajetória às vezes contraditória acerca do valor, Adam Smith permaneceu sempre fiel à sua idéia inicial de que o trabalho era o fundamento de toda a riqueza. Com efeito, já na sua **Introdução à riqueza das nações**, ele escreve:

“O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, lhe fornece tudo o que é necessário e útil à sua sobrevivência, e que consiste ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele” (Smith, 1983).

Munido dessa convicção, Smith vai visualizar na divisão do trabalho a causa principal do desenvolvimento econômico pelo efeito que provoca no aumento da pro-

² Sobre a crítica a esse tipo de pensamento, ver em especial: Bianchi (1981) e Grossmann (1975).

atividade do trabalho. Como na base da divisão do trabalho se encontra a possibilidade das trocas, Smith deduz com extrema pertinácia que a divisão do trabalho tem seus limites na maior ou menor extensão no mercado. Fica-lhe assim fácil fazer a defesa do liberalismo econômico, uma vez que qualquer restrição ao aumento das trocas seria contrária ao aprofundamento da divisão do trabalho, acarretando como conseqüência uma perda na produtividade do trabalho, o que, “*ipso facto*”, seria uma restrição ao crescimento econômico.

Nesse ponto, é importante registrar que para Smith a propensão às trocas não está vinculada às características de uma determinada organização social, mas é fruto de uma manifestação natural dos indivíduos, o que torna a existência do mercado esvaziada de todo o seu conteúdo histórico. Essa a-historicidade, comum a toda a escola clássica, terá graves conseqüências no pensamento smithiano, uma vez que lhe impedirá de ver que numa economia capitalista o mercado é muito mais do que o simples “locus” de permutas, constituindo-se no momento onde as mercadorias sofrem uma profunda metamorfose, transformando-se de bens com valores de uso de qualidades distintas em mercadorias com valores de troca que somente se diferenciam pela quantidade. Essa transformação implica que o trabalho privado para se tornar social necessita negar a sua característica de trabalho particular, útil e concreto, transmutando-se em trabalho genérico, indiferenciado e abstrato.

Inconsciente dessa especificidade, Smith pensa ter diante de si a moldura na qual irão se desenvolver as atividades econômicas e se propõe a enfrentar a questão de como estabelecer uma equação que dê conta das trocas das mercadorias. Inicialmente, Smith observa que a palavra valor possui dois sentidos diferentes, “(. . .) podendo exprimir a utilidade de um dado objeto ou a possibilidade de esse objeto servir para comprar outras mercadorias. No primeiro caso trata-se do ‘valor de uso’ e no segundo do ‘valor de troca’”. E, utilizando o exemplo da água e do diamante, conclui-se: “As coisas que têm grande valor de uso têm freqüentemente pequeno ou nenhum valor de troca: e, pelo contrário, aquelas que têm maior valor de troca têm muitas vezes pouco ou nenhum valor de uso” (Smith, 1983, p. 25).³ Descartada a utilidade como reguladora das trocas, resta a solução de relacionar o valor com as quantidades de trabalho.⁴ Primeiramente Smith percebe que, com o advento da divisão do trabalho, aquilo que uma pessoa pode obter através de seu próprio trabalho é insuficiente para a sua sobrevivência. Nas suas palavras:

³ Ricardo (1983) retomará essa distinção de forma mais enfática, concluindo que “(. . .) utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial”.

⁴ Para Smith (1983), assim como para Ricardo (1983), o objeto da investigação centrar-se-á no valor de troca. O abandono do valor de uso como categoria de análise pela escola clássica, segundo Grossmann (1875), constituir-se-á no núcleo da crítica de Marx aos autores clássicos, pois, ao desconhecerem a unidade do duplo aspecto da mercadoria oriundo do duplo caráter do trabalho, eles não podem perceber, por exemplo, o fato de o processo de produção ser unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização. Dessa forma, aí residiria, segundo Grossmann, o ponto de ruptura de Marx com a economia política.

“Depois de se ter implantada a divisão do trabalho, só uma pequena parte desses objetos pode ser obtida por cada homem através de seu próprio trabalho; a maior parte deles é produzida pelo trabalho de outras pessoas, o que nos leva a considerar um homem rico ou pobre conforme a quantidade desse trabalho que ele pode ter à sua disposição ou que pode comprar. Logo, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e que não tenciona usá-la ou consumi-la, mas trocá-la por outras, é igual à quantidade de trabalho que lhe permite adquirir. Logo, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (Smith, 1983, p. 27).

Encontra-se expresso, desse modo, o conhecido conceito smithiano de **trabalho comandado** (“labour commanded”). Esse conceito é bastante interessante porque, ao dizer que o valor da mercadoria é dado pela capacidade que ela tem de comandar, ou adquirir, o trabalho dispendido em outras mercadorias, Smith põe em evidência que o detentor do trabalho passado, acumulado, passa a ter o poder de impor trabalho a outros indivíduos. É precisamente esse o sentido de sua afirmação, segundo a qual

“O verdadeiro preço de qualquer coisa, aquilo que ela efetivamente custa ao homem que a pretende adquirir, é a labuta e os incômodos a que é obrigado para a adquirir. Aquilo que efetivamente vale um objeto para o homem que o comprou e que pretende dispor dele ou trocá-lo por qualquer outra coisa é a labuta e os incômodos a que se poupa e que impõe a outras pessoas” (Smith, 1983, p. 27).

Ademais, como registra Marx, a idéia do trabalho comandado põe em evidência que o trabalho individual somente determina a riqueza do indivíduo que o executa enquanto qualidade do trabalho social e que, portanto, o produto de seu trabalho lhe permite dispor de uma quantidade igual de trabalho social. Dessa forma, a sua mercadoria, que contém uma quantidade determinada de tempo de trabalho necessário, permite-lhe dispor de todas as outras mercadorias de valor igual; logo, de uma quantidade igual de trabalho de outra pessoa; em outros termos, de seu trabalho e do trabalho social (Marx, s. d., p. 71).

Smith, porém, faz uma ressalva temporal para a vigência desse conceito. Num primeiro momento histórico, que ele conceitua como o “(. . .) primitivo e rude estado da sociedade que precede simultaneamente a acumulação de mercadorias e a apropriação de terras”, tem-se que “(. . .) a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diferentes objetos parece constituir a única circunstância que pode fornecer uma regra para a troca desses mesmos objetos entre si” (Smith, 1983, p. 41).⁵ É nessa situação que Smith vê a plena aplicabilidade dessa regra como reguladora das trocas. Por quê? Porque nas circunstâncias apontadas “(. . .) o produto total do trabalho pertence ao trabalhador” e, portanto, “(. . .) a

⁵ A expressão “acumulação de mercadorias” é, na verdade, uma versão incorreta de “accumulation of stock” através da qual Adam Smith designa a acumulação de capital.

quantidade de trabalho normalmente empregue para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância passível de regular a quantidade de trabalho que ela pode comprar ou pela qual pode ser trocada” (Smith, 1983, p. 41).

Usando-se a idéia de trabalho contido de Ricardo como expressão do valor das mercadorias, poder-se-ia dizer que, nesse caso, a mercadoria A comanda no mercado uma mercadoria B que tem uma quantidade de trabalho contido igual à contida em si própria. Logo, enquanto se tratar de uma economia mercantil simples, existe coincidência entre trabalho comandado e trabalho contido. Uma vez implantado o capitalismo, Smith enfrenta uma séria dificuldade para a aplicação de seu conceito. Como ele mesmo diz, uma vez que se realize

“(. . .) a acumulação de mercadorias nas mãos de indivíduos particulares, alguns deles empregarão naturalmente essa reserva no recrutamento de pessoas hábeis, as quais fornecerão materiais e meios de subsistência com vista a conseguirem lucro pela venda do trabalho destas, ou seja, esperando que o valor deste trabalho se acrescente ao daqueles materiais” (Smith, 1983, p. 41).

O próprio Marx rende homenagem a Smith pelo fato de este ter assinalado de maneira bastante fina que o verdadeiro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho começa somente quando este é transformado em trabalho assalariado e as condições objetivas do trabalho se transformam em capital (Marx, s. d., p. 63-4). Além desse registro, é importante chamar a atenção para o fato de que Smith, mesmo sem o dizer, percebe que então a troca que se realiza não é mais entre possuidores de mercadorias de mesma qualidade, mas entre, de um lado, possuidores de mercadorias que contêm, nos termos de Marx, trabalho objetivado e, de outro, possuidores de trabalho vivo. Nesse momento, como aquele que “avança” os instrumentos do trabalho, a matéria-prima e os meios de subsistência, para que alguém execute um determinado trabalho, vai exigir uma quota-parte deste trabalho; rompe-se a relação de equivalência entre trabalho comandado e trabalho contido. Ou seja, o detentor da mercadoria A comanda no mercado uma mercadoria B que resulta numa quantidade de trabalho contido maior do que aquela contida na mercadoria A.

Como Smith descarta desde logo a possibilidade de os lucros serem a remuneração de um tipo especial de trabalho – o de inspeção e direção –, pois os lucros “(. . .) não têm qualquer relação com a grandeza, a dificuldade ou engenho deste suposto trabalho de inspeção e direção”, resta-lhe afirmar que, na realidade, o valor que “(. . .) os trabalhadores acrescentam aos materiais, portanto, divide-se neste caso em duas partes, uma das quais paga os seus salários e a outra constitui os lucros daquele que os empregou (. . .)” (Smith, 1983, p. 42).

Ao leitor mais arguto deve causar espécie o fato de Smith, após ter apreendido de forma tão clara que a troca entre proprietários e trabalhadores se processa sob o signo de uma troca desigual, não ter concluído que na sua particularidade se encontrava a chave para a elucidação da origem do lucro. Entretanto o “ovo de Colombo” também só se tornou evidente depois que o famoso navegador o colocou de pé! No que se refere a Smith, a solução mais fácil foi a de passar para o conceito de preço natural que vem a ser o preço “(. . .) suficiente para pagar a renda da terra,

os salários do trabalho e os lucros do capital empregue na colheita, preparação e transporte da mercadoria para o mercado de acordo com seus índices naturais (. . .)” (Smith, 1983, p. 47). Essa operação, longe de resolver a questão, vai conduzi-la para uma evidente tautologia uma vez que, segundo o próprio Smith, o que vai determinar o preço natural do salário será o preço natural das mercadorias necessárias à reprodução da classe trabalhadora. Ora, se perguntarmos do que depende o preço natural dessas mercadorias, teremos como resposta que ele depende do preço suficiente para pagar, aos índices naturais, os salários, os lucros e a renda da terra daqueles que se envolveram na sua produção.

Para Ricardo, o problema de Smith é, na verdade, um falso problema, ou seja, o fato de o trabalho comandado resultar num produto do trabalho de maior valor é fruto de uma confusão deste autor. Isso ocorre porque ele confundiu o valor do trabalho com o valor do seu produto que, evidentemente, são coisas totalmente distintas. Assim, o valor que a mercadoria A “comanda” é uma quantidade de trabalho que tem uma determinada remuneração que nada tem a ver com o resultado do trabalho, ou seja, o valor de seu produto. Logo, a repartição do valor em salários e lucros interessa somente à distribuição do valor entre os agentes da produção, não tendo nenhuma relação com o problema de sua determinação. Assim sendo, o conceito de trabalho contido pode perfeitamente dar conta da mensuração do valor das mercadorias em uma situação capitalista. Entretanto, se é verdade que através dessa correção é factível a Ricardo conservar o conceito de valor relacionado às quantidades de trabalho requeridas para a produção das mercadorias, não é menos verdade que, ao descartar o problema da troca entre capitalistas e trabalhadores do âmbito de suas indagações, ele perde a oportunidade de oferecer uma resposta à questão da origem do lucro. Dessa forma, é lícito dizer que Ricardo se restringe a mensurar aquilo que já está produzido, sem esclarecer **como** se produziu esse valor.

Em suma, aquilo que para Smith é um problema — a troca de mais trabalho por menos trabalho —, para Ricardo é uma constatação. Neste sentido, é bastante elucidativa a citação de dois trechos dos referidos autores. Segundo Smith, desde que “(. . .) a terra se transformou em propriedade privada, o detentor de terras começou a exigir uma parte de quase todo o produto que o trabalhador conseguia cultivar ou colher nela. A renda constitui a primeira dedução que recaiu sobre o produto do trabalho empregue na terra” (Smith, 1983, p. 56). Como, geralmente, aquele que cultiva a terra necessita de quem lhe adiante a sua subsistência e os materiais empregados na sua atividade, surge a figura do capitalista agrário, o que faz Smith concluir que “(. . .) o lucro constitui uma segunda dedução sobre o produto do trabalho empregue na terra” (Smith, 1983, p. 56)⁶. Para Ricardo, “O valor de uma mer-

⁶ Aqui aparece outra das ambigüidades de Smith, pois algumas vezes ele fala em acréscimos do trabalho e em outras de deduções do trabalho. Ao prevalecer esta última posição, fica sem sentido a sua afirmativa de que os salários, os lucros e a renda da terra constituem as três fontes originais de todo o rendimento (ver a esse respeito: Napoleoni, 1980).

cadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para a sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por este trabalho” (Ricardo, 1983, p. 259). Dessa forma, é “(. . .) a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho pode produzir que determina o seu valor relativo presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são dadas ao trabalhador em troca de seu trabalho” (Ricardo, 1983, p. 262).

Napoleoni sintetiza essa controvérsia em termos metodológicos bastante precisos ao mostrar que, como o trabalho comandado é ele próprio um efeito da troca, não tem significado a sua utilização como explicativo do valor de troca. Assim, não é possível obter resposta à pergunta: de que depende o trabalho comandado? Por quê? Porque ele próprio é um resultado do fenômeno da troca que pretendia explicar. A solução de Ricardo consiste em contrapor a esse conceito o de trabalho contido que foge à esfera da circulação, uma vez que se insere na própria atividade produtiva. (Napoleoni, 1981, p. 16).

Mesmo que do ponto de vista formal a observação de Ricardo esteja correta, o seu desdobramento conduz igualmente a um beco sem saída, uma vez que se procura oferecer uma resposta à questão de que depende o valor do trabalho, que no mundo capitalista é também uma mercadoria. Nos marcos da teoria ricardiana, o valor do trabalho será o trabalho contido no trabalho, o que, evidentemente, denota um círculo vicioso. Como é conhecido, Ricardo tentará fugir deste impasse nos mesmos moldes de Smith, apontando como o valor do trabalho o seu preço natural, ou seja, “(. . .) aquele necessário para capacitar os trabalhadores, um com outro, a subsistir e a perpetuar sua raça, sem aumento ou diminuição” (Ricardo, 1983, p. 299). Mas, da mesma forma como se fez observar para Smith, nesse caso o valor do trabalho depende do valor das mercadorias que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora, logo, do trabalho contido nessas mercadorias, representado pelo salário recebido pelo trabalhador. Verifica-se, desse modo, a “(. . .) simples sobreposição do valor do salário ao valor do trabalho, sem que esteja compreendido o defasamento entre as duas expressões (. . .)” (Bianchi, 1981, p. 77).

Nesse ponto, toma-se claro que a única saída para o equacionamento correto da questão é a que ocorre com Marx, qual seja, diferenciando a força de trabalho de sua substância, o trabalho. Nesses termos, pode-se determinar não o valor do trabalho, mas o da mercadoria que é objeto da troca entre capitalistas e trabalhadores. Ao mesmo tempo, essa operação permite romper os estreitos limites em que resultou a positiva constatação de Smith de que a acumulação tem sua origem nas trocas entre trabalho materializado e trabalho vivo e de que esse é um momento em que ocorre uma burla na lei do valor.

O que é importante assinalar é que essa solução não reside no simples encaminhamento do problema tal qual ele se colocava na investigação smithiana. De certa forma, esse foi o caminho percorrido por Ricardo, e como foi visto, se, por um lado, ele ofereceu a vantagem de permitir que a análise se mantivesse coerente no que respeita a seu rigor formal, de outro, além de resultar também ele num impasse, teve o defeito de deixar de lado a pertinente questão da troca singular que se realiza entre

capital e trabalho. Aparece, pois, de forma nítida que a chamada solução marxiana para a teoria do valor trabalho teve que passar por um rigoroso processo de absorção, ruptura e superação do pensamento clássico, o que, em última instância, dá sentido à crítica da economia política. Foi somente à custa desse processo que foi possível a Marx elucidar as leis específicas que regem a troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, mostrando que era exatamente na diferença entre o valor da força de trabalho e o valor resultante da duração de sua função que residia a origem do lucro. Entretanto esse entendimento só pode ser alcançado quando se tem presente que, nas condições capitalistas, o trabalho somente se realiza socialmente quando se transmuta no seu contrário, o trabalho alienado. É por esse processo que o trabalho humano se torna trabalho abstrato, produtor de valor, situação na qual o trabalhador se reduz a um mero suporte de material de sua capacidade laborativa. Ou, como diz Marx, é assim que o processo de trabalho se converte em processo de valorização.

Bibliografia

- BIANCHI, Marina (1981). *A teoria do valor dos clássicos a Marx*. Lisboa, Ed. 70. (Introdução).
- DOBB, Maurice (1978). *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- GROSSMANN, Henryk (1875). *Marx, l'économie politique classique et le problème de la dynamique*. Paris, Champ Libre.
- MARX, K. (s. d.). *Théories sur la plus-value*. Paris, Sociales.
- NAPOLEONI, Claudio (1980). *O valor da ciência econômica*. Lisboa, Presença/Martins Pontes.
- _____. (1981). *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas.
- RICARDO, D (1983). Princípios de economia política e tributação. In: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Abril Cultural. (Os Economistas, 13).
- SMITH, Adam (1983). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Abril Cultural. (Os Economistas, 13).